



**MATO GROSSO DO SUL  
SERIEDADE E INOVAÇÃO  
PARA MUDAR**

**BASES PARA A CONSTRUÇÃO COLETIVA  
DE UM PLANO DE GOVERNO**

**2015-2018  
REINALDO AZAMBUJA**

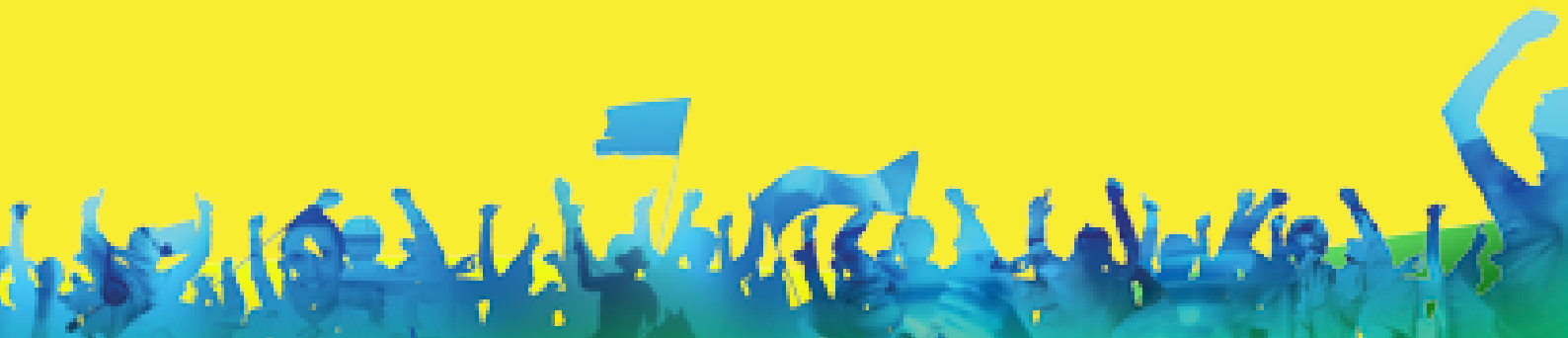


**“A política só faz sentido se ouvirmos as pessoas, se suas ações forem estrategicamente planejadas para atender as necessidades da população e se cada centavo do dinheiro público for aplicado para melhorar a vida de cada cidadão.”**

**Reinaldo Azambuja**

# SUMÁRIO

<b>OS VENTOS DA MUDANÇA... CHEGOU A HORA DO SONHO ACONTECER!</b> .....	04
<b>NOSSO PROJETO: VAMOS CONSTRUIR JUNTOS AS MUDANÇAS</b> .....	06
<b>A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE GOVERNO: TRANSFORMAR A REALIDADE PARA SUPERAR AS DESIGUALDADES</b> .....	07
<b>VIA DE MÃO DUPLA: TRANSFORMAR PALAVRAS EM AÇÃO</b> .....	09
<b>OS PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA O DESENVOLVIMENTO SUL-MATO-GROSSENSE</b> .....	10
<b>Princípio nº 1 - Mobilização e participação social</b> .....	10
<b>Princípio nº 2 - Vida digna e próspera</b> .....	11
<b>Princípio nº 3 - Atendimento igualitário a todas as regiões</b> .....	11
<b>Princípio nº 4 - Criatividade e inovação como motores das mudanças</b> .....	11
<b>Princípio nº 5 - Promoção da cidadania e da justiça social</b> .....	11
<b>UM NOVO JEITO DE FAZER POLÍTICA</b> .....	12
<b>GESTÃO PÚBLICA: CHOQUE DE GESTÃO PARA MODERNIZAR E DESENVOLVER PLENAMENTE</b> .....	13
<b>SAÚDE: DESCENTRALIZAÇÃO, ATENDIMENTO HUMANITÁRIO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL</b> .....	17
<b>SEGURANÇA PÚBLICA: O CIDADÃO É A PRIORIDADE</b> .....	21
<b>EDUCAÇÃO: POR UMA TRANSFORMAÇÃO PLENA E CIDADÃ</b> .....	25
<b>EMPREGO, TRABALHO E RENDA: PORQUE AS OPORTUNIDADES PODEM SER O INÍCIO DA MUDANÇA</b> ...	29
<b>JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA: PELA UNIVERSALIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS CIDADÃOS</b> .....	32
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: PROSPERIDADE E SUSTENTABILIDADE EM TODAS AS REGIÕES</b> .....	35
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL: POR UMA PROTEÇÃO PLENA À FAMÍLIA</b> .....	39
<b>ESPORTES E LAZER: QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR AO CIDADÃO</b> .....	43
<b>CULTURA: CONSOLIDANDO A IDENTIDADE REGIONAL</b> .....	46
<b>JUVENTUDE: A FORÇA DA MUDANÇA</b> .....	49
<b>PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO: A MUDANÇA COM EFICÁCIA PRIVILEGIANDO O CIDADÃO</b> ...	52
<b>MEIO AMBIENTE: VALORIZANDO NOSSOS ATIVOS NATURAIS</b> .....	56
<b>AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR: POTENCIALIZANDO A FORÇA DO CAMPO</b> .....	59
<b>TURISMO: UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL</b> .....	63
<b>CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: AS BASES DO AUMENTO DA COMPETITIVIDADE</b> .....	67



# OS VENTOS DA MUDANÇA...

## CHEGOU A HORA DO SONHO ACONTECER!

*“O sul do então estado de Mato Grosso, que era a promessa de prosperidade, retrocedeu no curso natural de sua história”.*

**Reinaldo Azambuja**

Um dos argumentos dos líderes que defendiam a divisão do Mato Grosso nos anos 1970 era a visão que a parte sul do Estado era mais rica, mais próspera e que a parte norte limitava a geração de riqueza por fatores decorrentes de sua extensão territorial, impedindo a consumação do desenvolvimento esperado e prometido.

Quase 37 anos depois, a riqueza gerada no vizinho Mato Grosso - a parte norte - é 45% superior a do nosso Mato Grosso do Sul. Além disso, temos o pior desempenho na geração de riqueza da região Centro-Oeste. Afinal, o que aconteceu durante esse período?

Mais do que repensar a nossa história e a nossa identidade, o momento é de debater o que deu errado e resgatar os sonhos perdidos de prosperidade e definirmos uma nova direção para o futuro do nosso Estado e para a vida de cada homem e mulher sul-mato-grossense.

A obrigação dos governantes e das lideranças políticas deverá ser, neste sentido, assumir compromissos com o crescimento de um PIB socialmente equilibrado em sintonia com as reais potencialidades do Estado.

Ao longo desses anos, o mundo e o Brasil se modificaram significativamente. A globalização encurtou as distâncias entre as economias e criou inúmeras oportunidades de crescimento, além de novos paradoxos e contradições. No Brasil, com as grandes reformas dos anos 1990, vencemos a inflação endêmica e adensamos a estabilidade e a responsabilidade fiscal como base para que florescesse o país que somos hoje.

A tecnologia foi, cada vez mais, incorporada aos processos produtivos criando novos e melhores produtos e serviços. As pessoas passaram a se comunicar em tempo real por meio das redes sociais.

A despeito disso, os partidos que se revezaram no poder no Estado não conseguiram aproveitar as oportunidades para colocar o Mato Grosso do Sul nos rumos da modernidade. Os governos do período militar nos legaram uma dívida impagável, deixando de oferecer recursos em conformidade com o decreto que fundou o novo Estado, marginalizando-nos no processo de ajuste econômico quando da implantação da democracia.

Assim, com erros de origem que se acumularam e se acumulam ao longo dos anos, somados a equívocos governamentais motivados por disputas políticas paroquiais, ainda padecemos de problemas crônicos em áreas que deveriam oferecer uma vida mais digna aos cidadãos, como a saúde, segurança e educação. Ao mesmo tempo, durante esses anos, ao invés de promovermos o desenvolvimento sustentável e equilibrado entre as regiões do Estado, aprofundamos as desigualdades adotando políticas de incentivos que concentraram a riqueza em poucos municípios.

Como aconteceu no restante do país, o cenário novo criado pelas manifestações populares gerou uma consciência nova acerca dos direitos dos cidadãos e dos deveres do estado. O povo foi às ruas em manifestações que reivindicavam o fim da corrupção, maior participação nas decisões de interesse público, ética e transparência no trato da coisa pública, fim da impunidade, seriedade na aplicação dos recursos públicos e políticos comprometidos com os desejos da população.

De forma antecipada, ainda nas eleições municipais de 2012, Reinaldo Azambuja já expressava na sua candidatura à Prefeitura de Campo Grande o conteúdo dessas reivindicações.

Não por outras razões, agora como candidato a governador, propõe-se aos cidadãos sul-mato-grossenses as bases fundamentais para uma mudança de direção. Um plano de governo com princípios e valores que sustentam o compromisso com uma nova governança que se constrói todos os dias recolhendo uma ampla gama de anseios da sociedade organizada, que se transformarão nas expressões concretas sobre um jeito novo de governar e de fazer política.

Este jeito diferente de fazer as coisas parte de premissas simples, algumas até desgastadas neste trecho de história, mas centrais à nossa crença na moderna administração da coisa pública: a mobilização e participação das pessoas na condução das políticas do governo para melhoria das suas condições de vida; a integração das ações de governo; relação harmônica e produtiva com os poderes constituídos e; principalmente, o respeito aos anseios e sonhos que a sociedade manifesta através do seu voto.

Este primeiro esboço de um Plano de Governo, mais do que uma carta de intenções é, na verdade, uma base sólida para estimular o debate construtivo sobre como governar o Estado e conclama a todos os sul-mato-grossenses a iniciar um processo novo e inovador de fazer política que possa colocar os rumos de suas vidas em nossas próprias mãos!

# NOSSO PROJETO: VAMOS CONSTRUIR JUNTOS AS MUDANÇAS!

*“São esses sonhos que dão base a nossa proposta inicial de plano de Governo, para ser debatida e aperfeiçoada pela gente de Mato Grosso do Sul.”*

**Reinaldo Azambuja**

Esta base inicial para o Plano de Governo da Coligação PSDB-PSD-DEM-PPS-SDD-PMN é resultado de um trabalho exaustivo, mas glorificante, de andar pelos recantos sul-matogrossenses ouvindo as pessoas, entidades, sindicatos, empresários, trabalhadores, estudantes, professores, donas de casa, políticos, intelectuais e muitos outros.

Queremos estender nossas mãos a cada um dos que participaram desse processo inicial e dizer: muitíssimo obrigado por sua colaboração, por sua disposição e por nos motivar a buscar ideias que expressem o mais fielmente possível a vontade das pessoas.

Agradecemos, também, a todas as pessoas que nos ajudaram a traduzir a vontade popular para esta base de Plano de Governo. Foram inúmeras pessoas que se desdobraram em grupos de trabalho para apresentar os resultados do Pensando MS e tantos outros que trabalharam na comunicação, no jornalismo, na organização dos seminários e viagens, e que nos ajudaram a construir uma trajetória de reflexão sobre um novo jeito de fazer política.

A todos os que nos ajudaram, direta ou indiretamente, muito obrigado!

Àqueles que porventura se animarem e se dispuserem a caminhar ao nosso lado, compartilhando a responsabilidade de fundar uma nova política, sejam muito bem-vindos!

Para nós, o sentido da mudança não é uma mera benemerência oficial.

A verdadeira mudança é fruto de um processo democrático, transparente e respeitoso.

**Mudemos Juntos!**

# A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE GOVERNO: TRANSFORMAR A REALIDADE PARA SUPERAR AS DESIGUALDADES.

*“Enxergamos nesse diálogo inovador a possibilidade real de remar contra a maré da política tradicional, que teima em transformar eventuais adversários em inimigos permanentes.”*

**Reinaldo Azambuja**

## **Mudança, com transparência, respeito e participação.**

Estes são os principais valores que orientam a elaboração do Plano de Governo 2015-2018 de Reinaldo Azambuja.

Estas propostas surgiram de um exaustivo e minucioso processo de construção baseado em ouvir as pessoas em cada canto do Estado de Mato Grosso do Sul: o Pensando MS.

Entendemos que o novo jeito de fazer política é, na verdade, a prática plena do exercício da democracia e, neste sentido, a partir do Pensando MS, procurou-se resgatar a proximidade com as pessoas para ouvir suas vontades, compartilhar de suas angústias e buscarmos, juntos, as soluções para os nossos problemas. Do nosso ponto de vista, essa deve ser a única e verdadeira forma de governar.

Dessa forma, o Pensando MS buscou promover debates sobre os problemas prioritários apontados pela população, buscando, ao mesmo tempo, discutir as possíveis soluções que pudessem atender as necessidades das pessoas, em um Estado onde há tradicionalmente baixíssima disponibilidade para a interlocução pública e espaço para o debate substantivo.

O processo foi iniciado em abril de 2013, na forma de seminários participativos em todas as dez regiões do Estado: Bolsão, Campo Grande, Cone Sul, Grande Dourados, Leste, Norte, Pantanal, Sudoeste e Sul-Fronteira, como antes já havia acontecido em todos os bairros da nossa capital.

Foram ouvidas milhares de pessoas, trabalhadores, sindicatos, empresários, servidores públicos, ambientalistas, professores, estudantes, produtores rurais, agricultores familiares, ativistas, entre outros por meio das redes sociais.

A abordagem foi realizada por meio da aplicação de questionários, entrevistas e conversas que o próprio Reinaldo Azambuja teve com donas de casa, trabalhadores, gente simples que acredita que é possível mudar quando há seriedade e causas coletivas a serem enfrentadas e vencidas.

Como resultado, as pessoas ouvidas elegeram como prioridades para a ação governamental a saúde, a educação, a segurança e as políticas de emprego e renda, todas no campo social, onde há nítida defasagem de oferta de serviços, projetos, programas e vontade política do poder público.

Como em um plano de governo, todas as áreas devem ser contempladas, pois as necessidades humanas são ilimitadas, e é dever do Estado cumprir a legislação vigente e atendê-las visando à melhoria das condições de vida das pessoas e a promoção da cidadania. Há, neste documento, o registro de preocupação em cada área e uma breve diagnose inicial sobre a natureza dos nossos desafios comuns, que ainda serão complementadas pelo olhar de especialistas e também pela participação popular que já se amplia.

Nesta direção, o Pensando MS já revelou uma realidade que não pode deixar de ser considerada como ponto de partida: a primeira constatação é sobre o tratamento desigual que as diversas regiões vêm recebendo - algumas literalmente abandonadas; estradas ruins; produção sem crescimento significativo; economia estagnada; potencial turístico mal-aproveitado; a forte industrialização em Três Lagoas, que não se integra as demais cidades; potencial mal explorado; má gestão; retrocesso; promessas não cumpridas; como o porto seco e a zona franca; fronteiras abertas para o narcotráfico; problemas ambientais graves, como o assoreamento do Rio Taquari; falta de saneamento básico nos municípios que irrigam a bacia pantaneira e isolamento.

O Pensando MS identificou angústias e clamores comuns que permeiam praticamente toda a população e que os partidos que têm governado o Estado vêm continuamente negligenciando, como a má prestação de serviços públicos nas áreas de saúde e segurança e uma educação ainda muito aquém de nossas necessidades de desenvolvimento.

Portanto, esta iniciativa de largada nasce alinhavada com o desejo das pessoas de tomar o rumo de suas vidas nas suas próprias mãos, com a vontade de sonhar com dias melhores e de fazer deste Estado um lugar digno e próspero para se viver.



# VIA DE MÃO DUPLA: TRANSFORMAR PALAVRAS EM AÇÃO.

*“A ideia-força de que um novo tempo para o Mato Grosso do Sul não pode se limitar a algumas poucas palavras bonitas jogadas ao vento, lustradas nos belos discursos dos políticos.”*

**Reinaldo Azambuja**

Mesmo ouvindo os problemas, as reflexões e as contribuições das pessoas por todo o Estado, não se pode considerar que o Plano de Governo 2015-2018 Reinaldo Azambuja se encerra neste documento.

A sociedade, silenciosa como esteve nos últimos anos, ainda tem muito a dizer e cobrar a quem tem responsabilidade pública. Os problemas e as prioridades também mudam constantemente, em maior ou menor intensidade.

A concepção aqui adotada é que os desafios a serem superados não se esgotam durante o período de um governo. Se assim fosse, os problemas crônicos como o da Saúde já teriam sido resolvidos há muito tempo.

Além disso, deve ser enfatizado que o Mato Grosso do Sul integra-se num contexto nacional e internacional, cujas variáveis, o governo, sozinho, não controla.

Neste sentido, nossa primeira base para o Plano de Governo traz um breve diagnóstico das áreas, pois não se quer aqui construir um muro das lamentações, mas sim, compreender que os problemas existentes, uma vez identificados, merecem atenção prioritária.

O olhar tem que ser para frente, buscando a construção de uma sociedade moderna, desenvolvida, com oportunidades iguais para todos, sem pobreza e com pessoas felizes.

Por essa razão, destacam-se os desafios que precisam ser superados para que se possa colocar o Estado na direção correta.

A atenção às pessoas, o cuidado com os mais pobres e a valorização do indivíduo são a essência deste documento e parte do princípio fundamental da democracia, que o governo não pode fazer o que quer, quando quer, do jeito que quer. Pelo contrário: deve interagir sinergicamente com a sociedade que representa.

Sendo assim, propõe-se como base sólida e ponto de partida, a retomada do diálogo para a superação dos desafios apontados. Não se podem oferecer soluções prontas. Somente com a participação efetiva das pessoas nas decisões públicas é que se construirá um governo democrático, plural e que priorize o atendimento das necessidades da população.

# OS PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA O DESENVOLVIMENTO SUL-MATO-GROSSENSE

*“Quem tem rabo preso na corrupção, não tem condição política de transformar nada!”*

**Reinaldo Azambuja**

Para construirmos um Mato Grosso do Sul moderno e plenamente desenvolvido, é necessário que as políticas públicas tenham uma base sólida, para serem formuladas e executadas. Essa base será dada pela adoção de princípios norteadores da ação governamental.

**A mudança aqui desejada tem, portanto, como direcionadores:**

A **mobilização e a participação das pessoas** nos processos decisórios públicos.

A busca de uma **vida digna e próspera para todo cidadão** sul-mato-grossense.

O **atendimento igualitário das necessidades de todas as regiões** do Estado.

O uso de **processos criativos e inovadores** para promover uma mudança duradoura e cujos benefícios cheguem a todos os cidadãos.

A **promoção da cidadania, da justiça social e do uso transparente e eficaz dos recursos públicos.**

## **Princípio nº 1 – Mobilização e participação social**

O desenvolvimento é um processo que nasce da vontade das pessoas e que depende de um ambiente político e social favorável, permeável a uma intensa mobilização e participação da sociedade na busca da realização dos seus sonhos. Entretanto, os resultados dessa mobilização e participação só promoverão o desenvolvimento se houver a inclusão de todos os setores da sociedade num ambiente de ampla democracia e se houver um governo com vontade política efetiva para reconhecer as demandas e torná-las prioridades no âmbito do poder público. Esse processo social estará na base da construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária, fraterna e próspera.

## **Princípio nº 2 – Vida digna e próspera**

Desenvolver implica na criação de condições adequadas para promoção do bem-estar material e social da população. Isso quer dizer que a prosperidade econômica deve estar aliada à melhoria das condições sociais, ao estímulo das vocações e identidades regionais e à geração de oportunidades de emprego e renda. Nesse sentido, é crucial primeiro fazer o básico: promover esforços convergentes entre as esferas para se oferecer uma educação de qualidade e serviços de saúde que atendam plenamente as necessidades da população. É valorizar a cultura regional, o cidadão no seu universo, criando as bases para uma sociedade que preserva seus valores e tradições, ao mesmo tempo em que se moderniza. Enfim: é inaceitável a existência em Mato Grosso do Sul de muitos municípios pobres com baixa qualidade de vida e alguns municípios ricos concentradores de renda e de desenvolvimento econômico.

## **Princípio nº 3 – Atendimento igualitário a todas as regiões**

A ação governamental deve buscar intensamente a promoção da equidade entre os níveis de desenvolvimento entre as regiões sul-mato-grossenses. Ao mesmo tempo, esse processo deverá ser pensado de forma integrada, incluindo áreas imprescindíveis para a construção de uma sociedade moderna e próspera.

A atenção e o tratamento igualitário às regiões criarão as bases para um processo duradouro de desenvolvimento, que realmente transforme para melhor a vida de cada cidadão, onde quer que ele esteja: nas periferias dos centros urbanos, nas zonas rurais, em aldeias indígenas, nos assentamentos rurais ou nos quilombolas.

## **Princípio nº 4 – Criatividade e inovação como motores das mudanças**

A riqueza cada vez mais tem sido gerada pela criatividade, pelo conhecimento e pela inovação.

Dessa forma, é necessário e urgente iniciar uma mudança nas formas como o Estado oferece seus serviços de Educação, Saúde, Cultura e Esporte, de tal modo que o desenvolvimento humano seja pleno e permita a todos encontrar os caminhos da felicidade.

## **Princípio nº 5 – Promoção da cidadania e da justiça social**

Para a construção de uma sociedade moderna e próspera é fundamental que se promovam mudanças na forma como se formula e implementa a política governamental.

A promoção da cidadania e da justiça social, a eficiência na gestão dos recursos públicos, a transparência de informações, o uso efetivo do planejamento são pilares de um Estado moderno e alinhado com as expectativas do cidadão sul-mato-grossense.

# UM NOVO JEITO DE FAZER POLÍTICA

A consistência deste Plano de Governo está na sensibilidade que Reinaldo Azambuja teve ouvindo as pessoas nas suas andanças pelo Mato Grosso do Sul.

Entre cafés e tererés, os anseios da população foram traduzidos em reflexões que orientaram a análise das áreas temáticas.





# **GESTÃO PÚBLICA**

# GESTÃO PÚBLICA: CHOQUE DE GESTÃO PARA MODERNIZAR E DESENVOLVER PLENAMENTE.

*“Não é razoável que Estado com tantas potencialidades guarde dificuldades tão grandes em áreas cruciais como Saúde, Segurança e Educação.”*

**Reinaldo Azambuja**

Discutir popularmente planejamento e gestão fica mais fácil usando uma árvore como metáfora. Imaginemos as suas raízes, tronco e copa e apliquemos o seguinte raciocínio: em suas raízes estão os problemas que atrapalham o seu crescimento, mas também os nutrientes que a possibilitam ser mais viçosa. Na sua copa está a sua razão de viver, a captação de todas as energias e suas interações com o resto da natureza, sendo que o seu tronco representa sua sustentação.

Comparando a árvore com a gestão pública, temos os problemas e potencialidades escondidas ou mal-usadas nas raízes, a estrutura de governo no tronco e as políticas públicas na copa da árvore.

O planejamento e a gestão são os elementos que criam as boas condições para que a seiva que segue pelo tronco da árvore leve os melhores fluídos extraídos de suas raízes para que a copa siga frondosa e em harmonia com o ambiente.

A árvore de Mato Grosso do Sul carrega em suas raízes sinais dos vermes da corrupção, da burocracia, da falta de transparência e excesso de “participismo” em uma gestão e do “centralismo” na outra. Este contexto criou tronco e galhos podres do clientelismo e elitismo e condenaram a apenas uma parte da copa de nossa árvore a receber a boa seiva, enquanto que outras permanecem secas e desoladas. Como resultado geral, temos um Estado com desenvolvimento atrasado em relação aos demais estados da região Centro-Oeste.

Por outro lado, temos potencialidades escondidas ou mal-utilizadas, como servidores públicos capacitados e preocupados em fazer o melhor, uma sociedade motivada a participar das decisões, vocações econômicas que não são aproveitadas e, principalmente, um povo trabalhador.

A estrutura do governo está no tronco, onde é necessário azeitar os caminhos e limpar os entraves para que haja boas escolhas na base, em suas raízes, de modo que a seiva bruta e a seiva elaborada resultem na oferta de boas políticas na copa da árvore, que melhorem consideravelmente a vida das pessoas.

Por meio do planejamento e de um novo modelo de gestão vamos eliminar as velhas práticas, aproveitar o imenso potencial desse capital que é o servidor público e organizar o fluxo de investimentos e gastos para que as políticas públicas sejam tratadas de maneira estratégica, produzindo bem-estar e progresso social.

## **Diagnóstico da situação atual**

Os problemas diagnosticados pela área de planejamento e gestão pública são os seguintes:

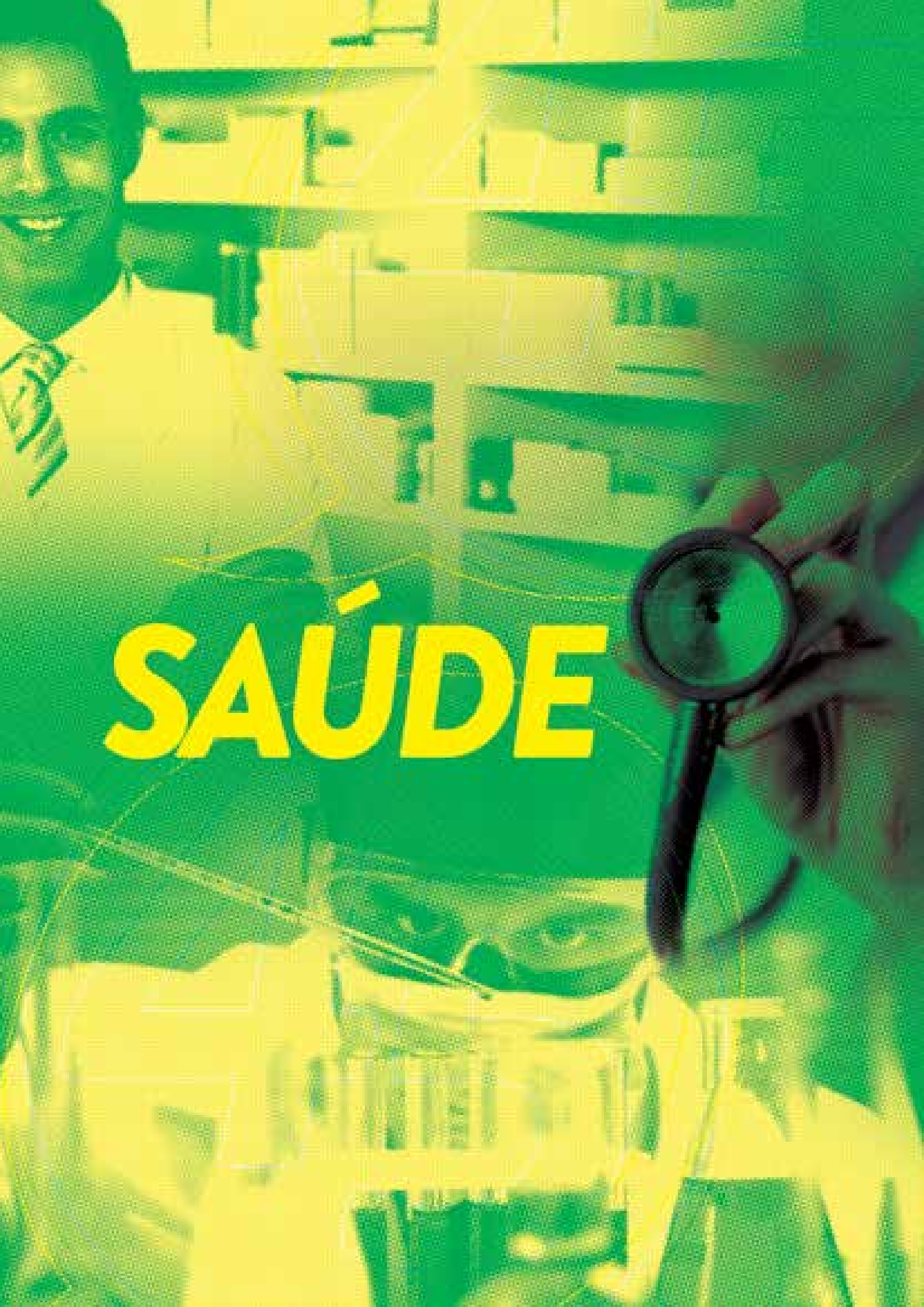
- Agenda de prioridades descolada da realidade, de que reivindica o conjunto da população.
- Ausência de macroplanejamento das ações de governo.
- Incompetência gerencial.
- Baixa efetividade das ações de governo.
- Uso político da máquina pública.
- Excesso de cargos comissionados.
- Falta de transparência da gestão pública.
- Má prestação dos serviços públicos para a população e sociedade.
- Excesso de burocracia.
- Sombreamento e paralelismo de responsabilidades e funções entre as Secretarias de Estado.
- Empreguismo.
- Desperdício de recursos públicos.
- Falta de meritocracia.
- Servidor público não é valorizado.

## **Desafios**

- Promover uma inversão de agenda e de prioridades, focalizando as demandas mais importantes apontadas pela população.
- Repensar o modelo de Estado, visando modernizar e racionalizar todas as áreas da gestão pública, para conter desperdícios, combater desvios e o aparelhamento do Estado.
- Implantar uma política de efetiva valorização do servidor público.
- Modernizar todas as áreas da gestão pública.
- Alocar eficientemente os recursos.
- Adotar a prática do planejamento em todas as áreas da gestão pública.
- Ampliar e adensar as parcerias do governo com os demais entes federados e entidades da sociedade civil.

- Ampliar a participação e o controle social nas ações de governo.
- Regionalizar a implementação das políticas públicas, atendendo de forma adequada as necessidades de cada região.
- Intensificar o apoio aos municípios.
- Estimular e promover a ação dos consórcios intermunicipais.
- Concurso público e implantação de sistema de promoção por mérito, com planos de carreira consistente e democrático.
- Programa estruturado para cumprimento de metas anuais.
- Realização e divulgação de pesquisa de avaliação do governo em períodos quadrimestrais.
- Institucionalizar medidas efetivas para o combate à corrupção, implementando um sistema próprio de controle das ações governamentais em órgãos públicos, com participação e supervisão do Ministério Público Estadual.
- Implementar o projeto MS: De Casa em Casa. Através dele vai ouvir toda a população do Estado, mapeando todos os problemas, demandas e expectativas. As políticas públicas, de Saúde, Segurança, Ação Social, etc. serão planejadas com bases nessas informações totalmente atualizadas e alinhadas com a vontade da população.
- Serão instaladas em todas as cidades de Mato Grosso do Sul as ouvidorias da comunidade. Os cidadãos vão escolher diretamente os seus ouvidores que terão uma estrutura, e sua função será a de encaminhar demandas, reclamações e sugestões da população. Essas ouvidorias trabalharão em sintonia com as Câmaras de Vereadores. Será disponibilizado um aplicativo que o cidadão poderá baixar gratuitamente em seu celular para se comunicar com o governo. O cidadão também poderá falar diretamente com o governo e sua demanda ou solicitação será encaminhada diretamente ao órgão competente, que terá um tempo pré-determinado para responder. Será criado o portal na internet [WWW.GOVERNOPERTODEVOCE.COM.BR](http://WWW.GOVERNOPERTODEVOCE.COM.BR), onde o cidadão poderá buscar informações, acompanhar sua demanda e, mais uma vez, se comunicar.
- Através desses canais criados serão feitas pesquisas de avaliação e satisfação da qualidade dos serviços prestados. Ou seja, o cidadão, a todo o momento, será ouvido; sua opinião vai impactar diretamente na qualidade do serviço público oferecido. A avaliação e o diálogo serão permanentes.





# SAÚDE

# SAÚDE: DESCENTRALIZAÇÃO, ATENDIMENTO HUMANITÁRIO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL.

*“Assistimos se instalar e se consolidar como a principal política de Saúde do Estado a ‘ambulanciaterapia’! Como não há atendimento suficiente e de qualidade nas nossas grandes regiões, a saída é o tratamento fora de domicílio, que alcança cerca de 45% na nossa capital.”*

**Reinaldo Azambuja**

O setor da saúde deve ser a prioridade das prioridades de qualquer governo sério e responsável. Deve-se compreender que se trata de uma questão complexa e multifatorial. Saúde está vinculada desde as condições higiênicas das cidades (saneamento básico, coleta e tratamento do lixo, etc.), como também das condições ambientais, descendo a detalhes do cotidiano de cada cidadão (alimentação, genética, hábitos) e suas relações com o trânsito, lazer e estrutura médico-hospitalar.

Só para exemplificar: o aumento de motocicletas nas ruas das cidades nos últimos anos tem causado um impacto poderoso nas contas do setor em atendimento de urgência e emergência, em detrimento do atendimento à saúde das pessoas.

Assim, de ponto em ponto, a população sabe que é dramática e já longeva a crise que se abateu sobre o sistema de saúde do País, precarizando, ao limite, o atendimento em todos os Estados brasileiros, incluindo o Mato Grosso do Sul.

11 anos depois da posse, o governo central constata um déficit gigantesco, estimado em mais de 50 mil médicos no País e só agora registra-se a primeira iniciativa para tentar minimizar o problema, como o programa “Mais Médicos”, que chega atrasado e insuficiente frente à demanda acumulada neste tempo. Só agora tocou nos gabinetes de Brasília a sirene de emergência para a perda de espantosos 13 mil leitos hospitalares nos últimos dois anos.

Enquanto tudo isso acontece Brasil afora, as estatísticas não mentem: caiu de 56% para 45% a participação do governo federal no volume total de recursos para a saúde dos brasileiros, exigindo mais recursos e esforços dos entes federados para fazer o básico.

De norte a sul, o regime de precariedade se repete, atingindo especialmente os mais pobres, que dependem essencialmente do atendimento público.

Como ocorre nos demais Estados, o subfinanciamento da saúde é uma das principais preocupações cotidianas nos nossos 79 municípios. A queixa geral é que os repasses do governo

federal são insuficientes para manter o sistema em funcionamento. O custeio é apontado como um dos grandes gargalos para os municípios, que já investem 15% de suas receitas.

Entre outras demandas, cobra-se do governo federal que atualize a tabela do SUS e aumente a sua participação no financiamento do setor.

A verdade é que a participação da União nos gastos em saúde é decrescente: em 2002, respondia por 56% do total, e em 2010, contribuiu com apenas 45%. No mesmo período, Estados passaram de 21% para 27%, e municípios, de 26% para 29%. Nos últimos quatro anos, a rede de hospitais que atendem pelo SUS fechou 13 mil leitos em todo o País, segundo o CFM.

Segundo o TCU, a União deixou de aplicar R\$ 32 bilhões em saúde (obs.: O valor equivale à soma de dotações não empenhadas ao final de cada exercício). A tabela do SUS não sofre reajuste linear desde 1996 e mesmo os procedimentos que tiveram algum aumento desde então estão muito defasados. Exemplo: o SUS paga R\$ 7 por um raio-x, enquanto os planos de saúde repassam aos hospitais R\$ 21.

O Governo do Estado não faz melhor: em vez dos 12% obrigatórios que devia investir na Saúde no ano passado, por exemplo, destinou apenas 8,44%, conforme o Tribunal de Contas do Estado. É preciso mudar essa política de baixo investimento no setor.

Tal desafio torna-se ainda maior quando o Pensando MS aponta a Saúde como o principal problema da população sul-mato-grossense, evidenciando a insatisfação da maioria da população com os serviços prestados.

## **Diagnóstico da situação atual**

Os principais problemas diagnosticados na área da Saúde são os seguintes:

- Redução do número de leitos de internação.
- Estrutura de atendimento de média e alta complexidade concentrada na Capital.
- Falta de médicos, especialistas e remédios.
- Infraestrutura inadequada e falta de equipamentos.
- Dificuldade de acesso à realização de exames diagnósticos.
- Ausência de políticas de humanização do atendimento.
- Baixa cobertura dos programas de prevenção às doenças.
- Filas para realização de cirurgias, de até 3 anos de espera.
- O Estado está entre os que menos investem em saúde no país, em ranking nacional, sendo que sequer cumpre o volume obrigatório de custeio e investimentos preconizado pela Constituição.
- Repassa atualmente apenas 8,7% do orçamento para a Saúde

## Desafios

- Disponibilizar atendimento público de qualidade mais perto das pessoas, onde elas vivem, com efetivo viés de regionalização da oferta de serviços, visando acabar com a política de “ambulanciaterapia” – excesso de tratamento fora de domicílio registrado no Estado.
- Saúde mais perto das pessoas. Será criado o programa “Saúde Dentro de Casa” para fortalecer o atendimento básico e orientar as famílias em políticas de prevenção.
- Profissionalizar a gestão da rede de atenção à saúde, primando pelo planejamento das ações e serviços, bem como pela regulação, controle, avaliação e auditoria com vistas a prestar serviços à população com qualidade, equidade e resolutividade.
- Valorizar os servidores da saúde com a implantação do sistema de meritocracia e a garantia da qualificação dos trabalhadores com a implementação da Política de Educação Permanente e a melhoria das condições de trabalho com vistas a um atendimento qualificado e verdadeiramente humanizado.
- Integrar as ações e serviços da rede de atenção à saúde e demais áreas afins, com viés de intersectorialidade e transversalidade no atendimento às necessidades da população e garantia do bem-estar integral do cidadão.
- Garantir a participação da população na definição das ações e prioridades nas políticas de Saúde, por meio da valorização e fortalecimento do controle social nos diversos segmentos da sociedade civil.
- Adotar a austeridade, transparência e inovação no fomento e controle dos recursos públicos.
- Oferecer serviços de saúde às comunidades rurais.
- Ampliar a oferta de serviços de saúde à mulher, jovens e idosas.
- Humanizar o atendimento prestado às pessoas.
- Investir para regionalizar a Saúde, implantando e melhorando unidades hospitalares de alta e média complexidade no extremo-sul, centro-norte, região oeste, equipando-as de maneira que se privilegie o atendimento de pacientes no interior. Haverá programas governamentais específicos para garantir que estas unidades tenham equipamentos, remédios, corpos clínicos especializados que garantam o melhor atendimento local.
- Criação e implantação do PAI – Pronto Atendimento ao Idoso.
- Ampliar e incentivar a ampliação de atendimento odontológico na rede pública, ênfase nos plantões noturnos e finais de semana.
- Implementar programas de saúde bucal para jovens em idade de primeiro emprego.
- Entregas de kits de saúde bucal junto com kits da educação, para crianças e jovens.



# SEGURANÇA PÚBLICA

# SEGURANÇA PÚBLICA: O CIDADÃO É A PRIORIDADE.

*“Temos que acabar com a ideia de que existe uma polícia do governador, essa personificação autoritária que não tem sentido na vida democrática; só devemos aceitar que exista uma polícia de Estado, do Governo, uma força institucional que deve cuidar prioritariamente da segurança dos cidadãos.”*

**Reinaldo Azambuja**

Segurança pública é direito de todos os cidadãos e condição fundamental para o pleno exercício da cidadania.

Não apenas o nosso Estado, mas todo o País ressenete-se da ausência de uma política nacional orientadora de esforços convergentes entre os entes federados – cidades, Estados e o governo federal neste campo.

Hoje, a realidade que bate à porta das pessoas é assustadora: há uma autêntica convulsão em curso, que mata mais brasileiros por ano que as guerras ao redor do mundo. O ano passado foram 56 mil mortos e mais de 50 mil estupros, sem considerar, neste último caso, a crônica ocorrência de subnotificação.

O cenário geral - e no MS não é diferente - não deixa dúvidas: programas preventivos apenas pontuais; Estados e suas polícias fragilizadas pela falta de investimentos; e o poder central terceirizando responsabilidades, insensível ao drama das famílias, atingidas diariamente pela criminalidade violenta em forte expansão e o crime organizado, em especial as cadeias de delitos ordenadas no entorno da epidemia das drogas destrutivas como o crack.

Serão necessárias mudanças radicais na forma de gerir a segurança pública no Estado.

Uma nova estratégia deve ser ordenada, partindo de mecanismos de redução de índices de criminalidade, violência e vulnerabilidade das comunidades, associadas às ações de cunho preventivo com ênfase na gestão social e ações de proximidade com a sociedade e maior inclusão social das populações vulneráveis, além do reforço de providências clássicas que envolvam o fortalecimento e a capacitação das forças policiais, inteligência operacional e maior integração.

Do ponto de vista deste projeto, a segurança pública está relacionada a um conjunto de ações que não envolve somente os órgãos que a compõem ou à sua operação tradicional, repressiva - investigativa - punitiva, mas também políticas públicas como Educação, assistência social, acesso à saúde, combate a pobreza, empregabilidade, uso intensivo dos bens culturais e outras formas habilitadoras da cidadania.

## Diagnóstico da situação atual

Os principais problemas diagnosticados na área da segurança são os seguintes:

- Efetivo policial insuficiente.
- Investimentos insuficientes na formação e qualificação profissional para policiais.
- Baixa integração do trabalho das forças de segurança.
- Faltam equipamentos, viaturas, armas e uniformes.
- Sistema de logística e comunicação deficientes.
- Fronteiras desprotegidas e abertas para o narcotráfico.
- Elevado número de roubo de carros e motos.
- Unidades policiais não estão informatizadas.
- Alta taxa de congestionamento de boletins de ocorrência.
- Alta taxa de congestionamento de inquéritos policiais.
- Ausência de uma política de combate ao narcotráfico e ao contrabando nas áreas de fronteira.
- Baixa sinergia entre as diversas instâncias de governo, para o desenvolvimento de uma estratégia convergente.
- Insuficiência de programas preventivos, de combate à violência, em populações referenciadas em área de risco.
- Morosidade no atendimento à população.

## Desafios

- A segurança é direito de todos.
- Planejar estrategicamente a área da segurança pública, como política de Estado.
- Empreender um combate determinado à criminalidade, atacando áreas convulsionadas que registram alta incidência de ocorrências.
- Atacar as origens da violência – as desigualdades sociais e de oportunidades de realização e crescimento para os cidadãos.
- Empreender um combate determinado à criminalidade, atacando as suas origens – as desigualdades sociais e de oportunidades de realização e crescimento para os cidadãos.
- Promover a integração das ações da segurança com as demais áreas, como a educação, saúde e a inclusão social.

- Valorizar e dar dignidade aos profissionais da segurança pública.
- Adotar medidas estratégicas para as regiões de fronteira.
- Adotar medidas estratégicas especiais para as regiões de fronteira.
- Criar um novo modelo de gestão da segurança pública com participação mais efetiva da sociedade nas decisões do governo.
- Modernizar a gestão da segurança pública.
- Adequar o efetivo policial às necessidades concretas da segurança pública.
- Estruturar ações preventivas de segurança pública na zona rural.
- Implantar e estruturar Corpo de Bombeiros especializado em combate à incêndio de florestas nas regiões de expansão da silvicultura.





# EDUCAÇÃO

# EDUCAÇÃO: POR UMA TRANSFORMAÇÃO PLENA E CIDADÃ.

*“...no lugar de obras faraônicas, como este aquário, investimentos efetivos no que mais interessa aos cidadãos e especialmente aos cidadãos mais pobres – acesso à saúde, segurança eficiente, inovação para a geração de empregos e renda, e uma educação capaz de levar o conhecimento, mas principalmente habilitar à cidadania.”*

**Reinaldo Azambuja**

Durante a elaboração do Pensando MS, a população, em todas as regiões do Estado, destacou a importância da educação para o futuro das próximas gerações. A preocupação dos pais que tivemos oportunidade de conversar era a com a garantia de um futuro melhor e mais próspero para seus filhos e netos e, no entendimento dessas pessoas dignas e trabalhadoras, a educação é a forma pela qual esse futuro deve ser construído.

No entanto, em pleno século 21, ainda há pessoas analfabetas e o nosso Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é o pior da região Centro-Oeste. As taxas de reprovação são as maiores do Centro-Oeste e gasta-se mais de R\$ 800 milhões com a reprovação e abandono dos alunos, recursos que poderiam ser empregados para melhorar a oferta da educação nas escolas.

O problema se agrava quando se constata que o maior gargalo na área está na oferta de creches para as crianças de 0 a 3 anos. Os municípios assumiram a responsabilidade de ofertar essa modalidade de ensino, mas não têm recebido a devida ajuda do governo estadual e do governo federal para cumprir com as exigências da lei.

Como se não bastasse o descuido com a educação infantil, 38,9% dos alunos que ingressaram na primeira série do ensino fundamental não chegam a concluir essa modalidade de ensino.

É preciso tornar o governo estadual um parceiro de verdade dos municípios. Estabelecer parcerias para que os prefeitos possam, não somente cumprir o que determina a lei, mas ir além, proporcionando condições para que as famílias possam voltar a alimentar a esperança de uma vida melhor para seus filhos e netos.

A educação cumpre um papel decisivo na promoção da mobilidade social. As estatísticas mostram que quanto mais anos de estudos, maior a renda do indivíduo. Isso não pode ser ignorado. Sem a oferta de uma educação de qualidade o governo tira das pessoas as possibilidades de prosperarem.

A questão central das desigualdades sociais é a da desigualdade de oportunidades. A educação corrige isso.

Por essa razão, é necessário que o governo estadual olhe com atenção e cuide dos profissionais da área de educação. São eles que diariamente ajudam cada um dos sul-mato-grossenses a encontrar um caminho melhor e mais digno para suas vidas.

## **Diagnóstico da situação atual**

Os principais problemas diagnosticados na área de educação são os seguintes:

- Escola fechada em si mesmo.
- Falta de formação continuada para os professores.
- Sobrecarga de trabalho dos professores.
- Política de valorização do magistério não possui plano de carreira condizente com a importância do profissional da educação.
- Falta de autonomia na gestão das escolas.
- Família fora da escola e sem instrumentos efetivos de participação na vida escolar dos seus filhos e netos.
- Elevado índice de reprovação e abandono.
- Excesso de contratação de professores temporários.
- Distorção idade/ano.
- Repetência e evasão.

## **Desafios**

- Proporcionar que a rede pública de ensino atue na elevação dos níveis de desempenho educacional.
- Apoio sistemático para a implantação de escolas de tempo integral nas regiões onde os índices de violência são elevados.
- Estimular a participação das famílias na elaboração dos projetos político-pedagógicos da escola.
- Descentralizar as decisões e proporcionar maior autonomia para o gestor escolar.
- Descentralizar a gestão da educação.
- Cumprir com a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional.
- Valorizar efetivamente o profissional da educação.
- Realizar concurso público e contratar profissionais para o quadro permanente das escolas.

- Fortalecer o papel da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) na formação de profissionais e no desenvolvimento científico e tecnológico do Estado.
- Incorporar as tecnologias como instrumentos de melhoria da prática pedagógica.
- Tornar a educação pública um instrumento para a redução das desigualdades sociais e dos níveis de violência.
- Melhorar a qualidade do ensino nas escolas da rede pública em todas as regiões do Estado.
- Somar esforços em apoio ao ensino profissional, para melhorar a qualidade da mão de obra.
- Resgatar o ensino médio, acoplando-os aos esforços para apoiar e expandir o ensino profissional, alavanca prioritária para a melhoria da escolaridade e da qualidade da mão de obra disponível do mercado.
- Modernizar e equipar as escolas rurais.



**EMPREGO,  
TRABALHO  
E RENDA**

# EMPREGO, TRABALHO E RENDA: PORQUE AS OPORTUNIDADES PODEM SER O INÍCIO DA MUDANÇA.

*“Desde que assumi responsabilidades enormes à frente da nossa família, com a triste perda de meu pai, ainda muito jovem, tudo o que conquistamos foi à custa de trabalho duro, trabalho sério, honesto, transparente, ousado, determinado e transformador”.*

**Reinaldo Azambuja**

Historicamente, a crise no campo e a falta de oportunidades para o pequeno agricultor familiar produziram a vinda das pessoas da zona rural para as cidades. A taxa de urbanização vem aumentando gradativamente e hoje já está em 85,64%.

Mas, para incorporar todas essas pessoas ao mercado de trabalho, é necessário ocorrer crescimento econômico sustentável. Mas não só isso: é preciso proporcionar oportunidades de trabalho decente e nível de renda que garanta a sobrevivência das pessoas de forma digna.

Nos últimos anos, no entanto, o que se viu no Mato Grosso do Sul foi um crescimento desordenado de algumas poucas cidades, agravando a situação das periferias e deixando à mingua a maioria dos municípios sul-mato-grossenses.

Não se consegue emprego e trabalho decente sem a qualificação profissional adequada. Entretanto, a educação profissional tem sido ofertada descolada das necessidades regionais, criando uma frustração ainda maior nas pessoas por não se inserirem adequadamente no mercado de trabalho.

## **Diagnóstico da situação atual**

Os principais problemas diagnosticados na área de emprego, trabalho e renda são os seguintes:

- Concentração das vagas em pouquíssimas cidades.
- No entanto, as melhores vagas e com os melhores salários são oferecidas para quem vem de fora do Estado.
- Os municípios do interior estão perdendo competitividade e não conseguem oferecer oportunidades atrativas de emprego, trabalho e renda e, assim, limitam seu potencial de geração de riqueza.
- Em todos os cantos do Estado, a reclamação comum é a de que falta mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho.

- Os esforços do PRONATEC não chegam a todas as cidades, e sobram vagas e os alunos têm pouca base educacional para realizar os cursos e acabam abandonando a oportunidade.
- Não há oportunidades de emprego e renda no campo e isso agrava o êxodo rural.
- Os anos médios de estudos da população rural são de apenas 3,4 anos, metade da média nacional.
- A agricultura familiar é responsável por 7 de cada 10 empregos no campo, no entanto, está abandonada e desassistida.
- Os assentamentos rurais carecem de infraestrutura, como serviços de água, luz e estradas.
- Os jovens são os mais vulneráveis e apresentam elevados índices de desemprego.

## **Desafios**

- Criar condições de melhoria das condições de trabalho e renda no campo, em especial, nas propriedades de agricultores familiares e assentamentos rurais.
- Criar programas especiais de desenvolvimento local.
- Readequar as ações de educação e qualificação profissional de acordo com as exigências do mercado e dos níveis adequados de empregabilidade.
- Proporcionar oportunidades dignas de inserção no mercado de trabalho para os jovens.
- Tornar a política pública de emprego, trabalho e renda num mecanismo verdadeiramente eficaz de combate à pobreza e à fome.
- Promover a inclusão produtiva por meio da educação e qualificação profissional, assistência técnica, incubação de empreendimentos solidários, estímulo ao empreendedorismo e oferta de microcrédito.



**JUSTIÇA  
SOCIAL  
E CIDADANIA**



# JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA: PELA UNIVERSALIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS CIDADÃOS.

*“É com esta postura democrática e com esses mesmos princípios e valores de que lhes falei agora, que estou aqui, perante cada um de vocês, assumindo a honrosa responsabilidade de representar esse projeto.”*

**Reinaldo Azambuja**

Uma sociedade que pretende ser moderna não pode conviver com problemas como a falta de universalização dos direitos sociais e de cidadania.

A universalização dos direitos é condição para a promoção da felicidade humana, pois trata-se do resgate do homem como sujeito protagonista de sua própria existência.

Essa lógica tem sido invertida nos últimos anos e a manutenção do governo e suas estruturas passaram a ser o fim último do funcionamento da sociedade. E não é.

A democracia pressupõe a existência de um governo eleito pelo povo para atender aos interesses do povo. Atender as necessidades do indivíduo e da sociedade é a razão da existência do governo.

Essa função só se resgata com a universalização dos direitos sociais e de cidadania, criando novas bases de relacionamento entre o indivíduo e o Estado.

## **Diagnóstico da situação atual**

Os principais problemas detectados na área de justiça social e cidadania são os seguintes:

- Aumento dos grupos em situação de risco social.
- Aumento dos índices de violência contra a infância e juventude.
- Crescimento da instabilidade no campo em decorrência da omissão do Governo Federal em relação às questões das demarcações de terras indígenas.
- Aumento dos índices de violência contra a mulher.
- Desatenção à pessoa idosa.
- Desatenção às pessoas portadoras de necessidades especiais.
- Ineficácia de ações de ressocialização de condenados.

- Aumento do número de acidentes de trânsito.
- Aumento do consumo de drogas.
- Déficit habitacional.

## **Desafios**

- Garantir a universalização dos direitos às crianças, idosos, mulheres, família, consumidor e direitos humanos de todas as gerações.
- Proteção dos direitos sociais.
- Fortalecer os instrumentos institucionais da cidadania e do Estado Democrático de Direito para que promovam a paz no campo, mantendo o equilíbrio e o respeito às leis que garantam aos produtores rurais produzir riquezas e às comunidades indígenas preservar sua cultura, seus usos e costumes.
- Modernização do sistema prisional e o sistema de ressocialização.
- Fortalecer a defensoria pública.
- Garantir o acesso ao judiciário.
- Aprimorar o relacionamento com o judiciário.
- Aprimorar o sistema jurídico para atender corretamente os povos indígenas.
- Priorização das mulheres nas políticas de promoção do empreendedorismo.
- Eliminar o déficit habitacional ainda existente no Estado, especialmente, nas cidades pressionadas pela migração desordenada de mão de obra.
- Implantar políticas habitacionais que atendam as comunidades rurais.
- Combater veementemente o racismo por meio de criação de programas afirmativos.



# DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

# DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: PROSPERIDADE E SUSTENTABILIDADE EM TODAS AS REGIÕES.

*“Não há políticas sociais ou oferta de serviços públicos de qualidade, para responder o aumento vertiginoso da demanda nas áreas sob forte impacto do crescimento industrial.”*

**Reinaldo Azambuja**

O desempenho econômico do Estado de Mato Grosso do Sul vem apresentando indicadores de gradativo progresso. No entanto, o binômio “soja-boi” possui elevada importância produtiva, mas não mantém a mesma relação na área de geração e distribuição de riquezas. Houve também um crescimento do setor industrial e de setor de comércio e serviços por meio da instalação de novos empreendimentos nos últimos anos.

A matriz econômica está mais diversificada e a agregação de valor da produção por meio da industrialização tornou-se um elo determinante para o Estado.

Para que este processo se materializasse com consistência, a negociação do poder público com o setor empresarial foi fundamental. Diante disso, programas foram instituídos e permitiram incentivos fiscais para facilitar a implantação de novas empresas no Estado e a ampliação de negócios já existentes, mesmo que uma série de adversidades ainda dificultem os avanços, como: logística, consumo local e tecnologias, entre outros.

A análise de dados do período permitiu verificar que, com a criação de programas de incentivos, como o caso de 2001, quando foi criado o Programa MS-Empreendedor e, em 2011, quando foi criado o Programa MS-Forte, houve influência no desempenho do Estado na geração de riquezas e promoção dos investimentos indutores do desenvolvimento.

Contudo, este desenvolvimento esteve amplamente concentrado em determinados municípios do Estado, como o caso de Três Lagoas, Dourados, Campo Grande e alguns outros casos isolados de empreendimentos implantados, como em Naviraí, Nova Andradina, Cassilândia, Chapadão do Sul, entre outros.

Porém, a guerra fiscal entre os municípios tornou-se empecilho ao desenvolvimento equilibrado nas regiões mais carentes do Estado, em virtude da falta de planejamento que permita a atração de negócios geradores de emprego e renda nos municípios pequenos ou distanciados dos eixos dinâmicos.

Diante as dificuldades encontradas nas compras interestaduais, em virtude das alíquotas de ICMS praticadas no Estado, criaram-se muitas situações de desconforto aos empresários locais que, em muitos casos, desativaram negócios ou reduziram vagas de emprego.

Os investimentos em saúde, educação, segurança e outros serviços públicos estão ocorrendo na contramão da situação ideal, pois não estão ocorrendo de acordo com a explosão da população nos locais de grandes avanços industriais e ainda assim não atendem às necessidades.

Na educação, não ocorreu a efetiva qualificação da mão de obra para atender às exigências do mercado de trabalho. Desta forma, ocorre o deslocamento de mão de obra de grandes centros como São Paulo, promovendo um aumento de problemas urbanos e pressão sobre a oferta de serviços públicos.

Assim, uma política de incentivos fiscais adequada aos interesses de redução das desigualdades regionais é determinante para continuar promovendo o desenvolvimento com base sustentável e descentralizar o processo de industrialização e distribuição de renda.

## **Diagnóstico da situação atual**

Os principais problemas diagnosticados para a área de desenvolvimento econômico são os seguintes:

- Insuficiência de infraestrutura voltada à produção.
- Poucos setores com competitividade internacional.
- Ambiente de negócios incipiente para promover o desenvolvimento e a competitividade.
- Tributação estadual desfavorece a expansão dos negócios empresariais.
- Acentuada desigualdade entre as regiões.
- Dinamismo econômico concentrado em poucas cidades do Estado.
- Legislação vigente sobre incentivos fiscais não promove efetivamente o desenvolvimento equilibrado e sustentado.

## **Desafios**

- Reduzir as desigualdades regionais.
- Aumentar a participação dos municípios nos projetos de desenvolvimento regional, inclusive na reformulação dos sistemas de arrecadação e distribuição de recursos.
- Redefinir os critérios de distribuição de recursos aos municípios.

- Rever as leis de incentivos fiscais municipais apoiadas pelo Estado e Federação, observando a igualdade regional de desenvolvimento e critérios que contemplem a atração de investimentos, associadas a ações sociais e ambientais no entorno dos investimentos atraídos.
- Incentivar a criação de Zonas Francas para regiões menos favorecidas em agregação de valor às potencialidades.
- Investir em infraestrutura logística, hidrovias (portos), ferrovias, aeroportos regionais adequados, rodovias estratégicas para escoamento da produção e sistemas tecnologicamente atualizados de comunicação.
- Promover o empreendedorismo.



# ASSISTÊNCIA SOCIAL

# ASSISTÊNCIA SOCIAL: POR UMA PROTEÇÃO PLENA À FAMÍLIA.

*“E este projeto será transformador em sua essência por um só motivo: ele está nascendo da consciência e dos sonhos dos cidadãos sul-mato-grossenses”.*

**Reinaldo Azambuja**

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela Resolução nº 145/CNAS/2004, prevê um conjunto de ações de proteção social ofertadas pelo SUAS - Sistema Único de Assistência Social, para redução e prevenção das situações de vulnerabilidade, risco pessoal e social por violação de direitos aos quais as famílias e indivíduos estão expostos em decorrência do ciclo de vida, das situações de extrema pobreza, deficiência, violência, entre outras, com vistas à dignidade humana, promoção da autonomia, fortalecimento de vínculos e apoio às famílias no seu papel protetivo.

A Política de Assistência Social, em sua nova configuração, pede uma análise social no planejamento e execução das ações centradas no território e nas famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, exigindo do governo políticas que promovam inclusão social com dignidade e respeito.

Para tanto, é necessário que se considere como a população do Estado vem evoluindo para que o processo de elaboração de uma Política de Assistência Social contemple seus usuários em diferentes aspectos formadores, tais como: história, cultura, economia, idade, entre outros, considerando o indivíduo e a família como meta essencial para o desenvolvimento e a integração social.

Do ponto de vista do seu financiamento, a Política de Assistência Social nos 79 municípios é realizada pela transferência de recursos via Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para os Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS, conforme critérios pactuados na Comissão Intergestores Bipartite – CIB/MS e aprovados no Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MS. Por sua vez, os Conselhos Municipais de Assistência Social realizam a partilha dos recursos para as ações socioassistenciais locais.

Os serviços de proteção social básica são executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades básicas e públicas de assistência



social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS, tendo como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Em Mato Grosso do Sul existe um total de 128 CRAS, em 79 municípios, e 34 equipes volantes em 25 municípios, distribuídas nas nove regiões.

No âmbito da atuação da proteção social especial de média complexidade, constituem unidades de referência para a oferta de serviços o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que obrigatoriamente oferta o serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, entre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras), e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), que oferta obrigatoriamente o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

## **Diagnóstico da situação atual**

Os principais problemas diagnosticados na área de assistência social são os seguintes:

- Indefinições na política de assistência social que limitam a ação eficaz do governo.
- Quadro de pessoal da área de assistência social insuficiente para atender as demandas da área.
- Não cumprimento da legislação e dos pactos.
- Desatenção aos municípios de pequeno porte.
- Financiamento inadequado dos serviços de assistência social.
- Falta de apoio aos municípios para cumprimento de suas metas de assistência social.
- Ações insuficientes de capacitação do trabalhador.
- Aumento da vulnerabilidade de grupos sociais.
- Ações do governo sem a devida participação e controle social.

## Desafios

- Reordenamento institucional e programático do Órgão Gestor Estadual da assistência social para adequação ao SUAS.
- Ampliação da cobertura do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI e Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em municípios de Pequeno Porte I e II.
- Apoio técnico aos municípios na estruturação e implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social, na gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, e do Programa Bolsa Família.
- Coordenação, gerenciamento, execução e cofinanciamento dos programas de capacitação para gestores, trabalhadores e conselheiros conforme metas específicas, pactuadas na CIT e deliberadas pelo CNAS para o Estado, cuja meta, no âmbito do Capacita SUAS, é de capacitar prioritariamente trabalhadores com vínculo formal, totalizando aproximadamente 2.000 trabalhadores até 2015.
- Implantação de sistemática de informação, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais, bem como de vigilância de situações de risco e vulnerabilidade no Estado.
- Definição do processo de transição da municipalização da execução direta estadual dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes executados em municípios
- Cofinanciamento da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.
- O cofinanciamento obrigatório do SUAS.
- Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, processos de planejamento, monitoramento e avaliação.
- Gestão do Trabalho.
- Gestão dos Serviços, Programas e Projetos.
- Gestão dos Benefícios no SUAS.
- Regionalização.
- Integração e continuação do Programa Vale Renda à Política de Assistência Social, com gestão descentralizada e compartilhada entre o Estado e os Municípios.
- Apoiar e incentivar a realização de parcerias com entidades de cunho social ligadas aos idosos, menores abandonados, mães carentes, jovens drogados, doentes com câncer etc.



# ESPORTES E LAZER

# ESPORTES E LAZER: QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR AO CIDADÃO.

*“Ouvir a população, entender suas necessidades, mergulhar nos problemas e discutir soluções para cada um deles é a postura que os cidadãos esperam de nós.”*

**Reinaldo Azambuja**

O esporte e o lazer são direitos de todos os cidadãos e cidadãs e a gestão pública tem o dever de oferecê-los e fomentá-los.

Como políticas públicas, devem ser debatidas e construídas de forma coletiva, para que alcancem todo o seu potencial transformador e representativo dos interesses das comunidades usuárias.

Nesta direção, manter um amplo diálogo com gestores municipais torna-se um mecanismo indispensável, que garantirá a sustentabilidade de uma política pública democrática e o acesso de todos aos programas e projetos desenvolvidos pelo Estado.

Apoiar os municípios, por meio de incentivos financeiros e garantias de materiais e infraestrutura necessárias ao seu desenvolvimento, é uma estratégia viável e eficaz de contribuição no crescimento e no fortalecimento do esporte e do lazer como políticas inclusivas em Mato Grosso do Sul.

Na nossa perspectiva, considerar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como paradigma e critério público de aplicação e distribuição de recursos financeiros é ainda a forma mais justa de gestão, uma vez que garante intervenção sobre grandes demandas e foco na superação de realidades que aprisionam as potencialidades dos indivíduos e impedem o avanço nas condições de vida da comunidade.

A bordo de uma política mais ampla, que vise dialogar, informar, formar, incluir e preparar as pessoas, garantindo-lhes estímulo e oportunidades, há ainda farta segmentação que pode ser cumprida, como na área dos esportes de rendimento, para que talentos sejam valorizados e o nosso Estado tenha representatividade no cenário nacional. E, para que os atletas possam disputar de forma igualitária com os demais Estados da Federação, ações específicas para a formação e manutenção de atletas são fundamentais e estão contempladas no plano gestor.

A discussão sobre os problemas da área foi elaborada com base nos anseios da comunidade esportiva, em especial, dos gestores esportivos municipais, a partir de um levantamento prévio a respeito das necessidades e dificuldade existentes.

## **Diagnóstico da situação atual**

Os principais problemas diagnosticados na área de esportes e lazer são os seguintes:

- O esporte e o lazer são negligenciados como instrumentos de promoção da cidadania, melhoria da qualidade de vida e de redução das desigualdades sociais.
- Apoiar a implantação de centros poliesportivos e de múltiplas atividades em todas as regiões do Estado.
- O esporte e o lazer não têm sido considerados como instrumentos de inclusão social de crianças, jovens, adultos e idosos em situação de risco social.
- Não se considera o esporte e o lazer como instrumento de combate à violência.

## **Desafios**

- Integrar as ações das áreas de Esporte e Lazer com as demais áreas sociais (Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública e outros).
- Formular uma prática intersetorial que valorize e estabeleça a integração das ações propostas.
- Promover e ampliar a participação da população sul-mato-grossense em atividades físicas regulares.
- Aumentar o número de pessoas praticando atividade física.
- Diminuir o sedentarismo em Mato Grosso do Sul.
- Melhorar a qualidade de vida da população sul-mato-grossense.
- Ofertar atividade física orientada para a população.
- Melhorar o IDH dos municípios de Mato Grosso do Sul.
- Implantar projetos esportivos nas regiões e localidades de risco social.
- Reduzir o índice de violência em Mato Grosso do Sul.



# CULTURA

# CULTURA: CONSOLIDANDO A IDENTIDADE REGIONAL.

*“Acredito sinceramente que nada substitui, no homem público, a disposição para o diálogo”.*

**Reinaldo Azambuja**

Mato Grosso do Sul é um Estado de cultivo, que tem raízes fortes na terra e na natureza. É um Estado multidiverso em termos de formação cultural. Somos muitos brasis, inseridos num contexto de grande influência latino-americana.

Na amplitude do território e diversidade da natureza, o homem sul-mato-grossense está em constante evolução, passando por processos de adaptação, na mistura de raças e nas manifestações artísticas. Um povo que, de geração em geração, está construindo a própria história sobre um mapa multifacetado de tradições.

Somos um Estado jovem, instituído no tempo da modernidade. Por isso, a questão da identidade cultural sul-mato-grossense reveste-se de importância vital para nossa sociedade. Trata-se de um desafio fundamental para qualquer governo que aspira dar configuração nacional para os principais aspectos da cultura regional.

Diante disso, o Governo deve atuar como estimulador da criatividade em todos os campos das artes para construir uma narrativa que determine o papel do nosso Estado no imaginário brasileiro. Por isso, insistimos que somos MATO GROSSO DO SUL quando nos confundem com nosso estado-irmão MATO GROSSO.

Somente com o fazer artístico é que vamos garantir o lugar de destaque que merecemos através de nossa música, das artes plásticas, da arquitetura, da literatura, do artesanato, do teatro, da dança e dos audiovisuais, sem que isso signifique dirigismo e privilégios.

## **Diagnóstico da situação atual**

Os principais problemas diagnosticados na área da cultura são os seguintes:

- Sistema de financiamento inadequado e volume de recursos insuficientes para promoção da produção cultural.

- Falta de uma Secretaria de Estado de Cultura, que deverá propor discussões, estudos, mapeamentos e não somente realizar eventos e projetos culturais.
- Não identificar claramente os conceitos de cultura e de entretenimento.
- Falta de preparo de técnicos da área da cultura.
- Não prever para a cultura nenhuma contrapartida dos setores produtivos, como a indústria, comércio ou serviços, que venham se instalar em território sul-mato-grossense (ex.: construção de espaços artísticos nos municípios onde esses setores se instalarem).
- Falta de comunicação com outras Secretarias de Estado, como educação e turismo.

## **Desafios**

- Definir o percentual de no mínimo 1,5% do orçamento estadual para a Cultura, sendo que no máximo 50% deste valor pode ser destinados à manutenção e administração do órgão e o restante na produção.
- Embora o Conselho Estadual de Cultura seja paritário, ele não contempla todas as áreas, e é indicado pelo Fórum Estadual de Cultura sem ouvir as Câmaras Setoriais.
- Efetivar a implantação das Câmaras Setoriais.
- Aumentar gradual e sistematicamente os valores dos Fundos de Investimentos.
- Aprovar o Plano Estadual de Cultura na Assembleia Legislativa
- Buscar a criação de novos mecanismos de financiamento da produção cultural.
- Encurtar as fronteiras culturais dentro do próprio Estado.
- Encurtar as fronteiras culturais dentro do País e no mundo.





**JUVENTUDE**

# JUVENTUDE: A FORÇA DA MUDANÇA.

*“Lembro que desde os grandes protestos de junho do ano passado os brasileiros estão nos dizendo isto, insistentemente: chega de governos e políticos que fazem o que querem, como querem e quando querem.”*

**Reinaldo Azambuja**

A juventude clama cada dia mais em prol dos serviços públicos que sejam eficientes e eficazes. A juventude vive seu pico geracional e deseja participar como protagonista no processo decisório estratégico para se pensar o presente e o futuro de Mato Grosso do Sul.

Com o advento do Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13) que dispõe sobre os direitos dos jovens, sobre as diretrizes das políticas públicas de juventude e sobre o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude, se reconhece o papel estratégico da juventude no desenvolvimento do País, apontando os direitos que devem ser garantidos de acordo com a especificidade dessa população.

São eles: o direito à cidadania; à participação social e política e à representação juvenil; direito à educação; direito à profissionalização; ao trabalho e à renda; direito à diversidade e à igualdade; direito à saúde; direito à cultura; direito à comunicação e à liberdade de expressão; direito ao desporto e ao lazer; direito ao território e a mobilidade; direito à sustentabilidade e ao meio ambiente; direito à segurança pública; e o acesso à justiça.

Apesar dessas conquistas, ainda é preciso dar respostas a problemas não totalmente solucionados, como o desemprego juvenil, que afeta não só os jovens brasileiros, mas do mundo inteiro. Combater o desemprego e assegurar o trabalho decente para os jovens é um dos desafios enfrentados por qualquer gestor público.

O fato é que a juventude precisa ter suporte público eficaz que contemple a sua diversidade cultural, racial, de gênero, classe, região e orientação sexual, para garantir a elaboração, monitoramento, aplicação e transversalidade da Política Estadual de Juventude e que garanta o desenvolvimento da intersetorialidade das políticas estruturais, programas e ações do governo estadual.

## Diagnóstico da situação atual

Os principais problemas diagnosticados na área da juventude foram os seguintes:

- Não há canais eficazes de inserção dos jovens na discussão dos problemas da juventude, apenas a criação de secretarias e órgãos não resolve o problema.
- Dificuldades de inserção do jovem no mercado de trabalho.
- Poucas oportunidades de lazer e entretenimento públicos para os jovens.
- Alto índice de desemprego entre os jovens.
- Falta de apoio à cultura e ao esporte como formas de exercício da cidadania para a juventude.
- Jovens dependentes químicos sem apoio e atenção necessários para promover a superação dos seus problemas.
- A corrupção está indignando cada vez mais a juventude.

## Desafios

- Promover o protagonismo juvenil nas mudanças desejadas para o Mato Grosso do Sul.
- Aumentar as oportunidades para os jovens desenvolverem sua cidadania e suas competências e habilidades profissionais.
- Promover o uso das tecnologias para inclusão digital dos jovens.
- Implementar políticas efetivas de inclusão dos jovens no mercado de trabalho.
- Oferecer atenção especial aos jovens localizados em regiões de elevados índices de violência.
- Adotar políticas eficazes de prevenção ao uso de drogas.
- Interiorizar e regionalizar as políticas de promoção da juventude.



# **PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

# PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO: A MUDANÇA COM EFICÁCIA PRIVILEGIANDO O CIDADÃO.

*“Apesar de tudo isso, somos uma potência aprisionada pela má gestão: as rodovias são ruins, as ferrovias obsoletas, a principal hidrovia, subutilizada.”*

**Reinaldo Azambuja**

O território é o substrato de suporte físico para a realização humana em sociedade, enquanto entidade produtora de um conjunto de ações sistematizadas com determinados propósitos ou fins. É no espaço delimitado de um território que esses propósitos materializam necessidades, desejos, objetivos de grupos ou ações individuais e organizam a convivência dos conflitos, das concordâncias e da construção coletiva de uma memória.

Como base de suporte das ações, nele se fixam as realizações materiais e imateriais, em um determinado tempo, sob determinadas circunstâncias ou contexto. A vida comum em sociedade pressupõe o atendimento às necessidades básicas que se iniciam pelos aspectos físicos, biológicos, cognitivos, afetivos e espirituais – elementos básicos para a realização humana que pressupõem um valor próprio, uma qualidade.

Quando falamos em qualidade de vida, estamos admitindo a coexistência de certos valores construídos pela experiência humana ao longo de toda a história da civilização. Assim, ao atribuir-se a uma determinada escala de eventos determinados valores, tencionamos relacionar as conquistas humanas a todos e a cada indivíduo simultaneamente – o que consideramos ser justiça social.

Não se trata da divisão ou distribuição de riquezas simplesmente, como se tudo se resumisse ao dinheiro ou capital. Trata-se de garantir a cada indivíduo, em especial, e a todos, de maneira geral, as condições mínimas de realizar-se como pessoa humana, satisfazendo segundo o próprio esforço e capacidade, suas necessidades pessoais ou de seus dependentes.

A gestão desses interesses e necessidades, via de regra, não acontecem de maneira equilibrada e equitativa entre os setores que compõem o rol de atividades que garantem um mínimo de qualidade de vida em sociedade, pois tendem a serem priorizados segundo as vocações mais expressivas dos seus gestores: os grandes construtores de rodovias, os educadores por formação, os representantes das áreas da saúde, os comerciantes, industriais, pecuaristas etc.

Embora esse fato seja a própria expressão da composição do estrato social, produzindo a alternância entre seus componentes, os resultados apontam para distorções nas soluções dos problemas diários, que podem tornar-se irreversíveis ao longo do tempo e sempre resultam em prejuízos para aqueles que ainda não atingiram a condição mínima de sustentação, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista social, aprofundando o fosso entre os segmentos dessa composição.

Há que se pensar em reduzir essa discrepância, através de uma gestão mais presente na vida das pessoas, no atendimento sistematizado de suas necessidades diárias, visando à integralidade das ações de correção aos desequilíbrios sociais, de maneira rápida, eficiente e eficaz, valorizando cada inversão de recursos humanos e financeiros em intervenções planejadas, objetivando atender ao máximo aquelas que configurem os maiores graus de transversalidade.

Uma gestão que possa ter um olhar crítico sobre o território, identificando seus problemas, levantando suas potencialidades de maneira a compor com justiça, equidade e comprometimento o mosaico de opções possíveis para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

## **Diagnóstico da situação atual**

Os principais problemas diagnosticados pela área de planejamento e gestão do território são os seguintes:

- Falta de uma visão integrada e transversal das políticas públicas.
- Desarticulação das ações de governo, pois não há um mecanismo de coordenação entre as Secretarias estaduais e entre estas e as demais ações dos entes federados e entidades do setor privado.
- Ações fragmentadas de promoção do desenvolvimento.
- Acirramento das desigualdades regionais.
- A prática do planejamento é fragmentada e, em última análise, as ações são focalizadas e desarticuladas de suas interfaces, ocasionando alocação ineficaz de recursos públicos.

## **Desafios**

- Dar orientação estratégica às ações do governo.
- Promover a formulação e execução de políticas públicas de forma integrada.
- Promover o desenvolvimento sustentável em todas as regiões do Estado.

- Elevar a competitividade do setor produtivo do Estado.
- Assegurar a melhoria das condições de vida da população em todas as regiões.
- Organizar as ações do governo visando sua eficácia e efetividade, evitando a sobreposição de funções entre as Secretarias de Estado e o uso ineficaz dos recursos públicos.
- Atentar para as necessidades e especificidades das regiões de faixa de fronteira.
- Uso dos instrumentos legais de planejamento e gestão.
- Concretizar plano diretor de pontes e estradas em todo o Estado, com ênfase no Pantanal sul-mato-grossense.
- Implantação de portos de embarque de bovinos no Paiaguás e Nabileque.



# MEIO AMBIENTE



# MEIO AMBIENTE: VALORIZANDO NOSSOS ATIVOS NATURAIS.

*“Ouvir a população, entender suas necessidades, mergulhar nos problemas e discutir soluções para cada um deles é a postura que os cidadãos esperam de nós.”*

**Reinaldo Azambuja**

Redistribuir a renda é fundamental para democratizar o processo de crescimento econômico. Mas apenas a variável renda não assegura boa qualidade de vida às famílias, pois inexistente relação linear entre o crescimento da economia e o desenvolvimento da sociedade. Basta ver a depredação ecológica que afeta a humanidade, indicando que as variáveis ambientais também devem participar da fórmula do desenvolvimento econômico.

Inexiste contradição entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento. Quem pensa que a defesa ambiental atrapalha o crescimento do Estado, usa um raciocínio atrasado e equivocado.

É possível, sim, fazer o Estado crescer e, ao mesmo tempo, defender e preservar o meio ambiente, a qualidade do ar e da água, bem como reduzir as emissões de gás carbônico.

As empresas que controlarem suas emissões de poluentes atmosféricos ou de efluentes não deixarão de ser competitivas no mercado. Pelo contrário, agregarão valor a seus produtos e ganharão credibilidade junto ao consumidor, tanto interno quanto externo. Também não são incompatíveis a proteção do meio ambiente e o dinamismo da produção agrícola estadual.

## **Diagnóstico da situação atual**

Os principais problemas diagnosticados pela área de meio ambiente são os seguintes:

- Estrutura organizacional inadequada do governo para atender a área do meio ambiente.
- Excesso de burocracia e morosidade nos processos de licenciamento ambiental.
- Concentração das atividades administrativas dos órgãos de gestão ambiental.
- A questão ambiental é vista em segundo plano.
- Repercussão negativa no meio empresarial sobre dificuldades em licenciar os empreendimentos.
- Excesso de burocracia, procedimentos e métodos inadequados de trabalho.

- Profissionais do quadro do Estado sem capacitação técnica, ou seja, sem condições de avaliar os processos em andamento.
- Secretaria relacionada às questões ambientais é complexa e não comporta estar junto a outra pasta. Muitos assuntos de importância ao desenvolvimento do Estado são deixados de lado por conta da estrutura mal-formada da secretaria.
- Baixos investimentos em saneamento básico.

## **Desafios**

- Reestruturar e modernizar a gestão ambiental pública.
- Conservar a biodiversidade.
- Recuperar o meio ambiente e controlar a poluição.
- Inserir as questões relacionadas ao meio ambiente de forma transversal nas ações de governo.
- Elaborar políticas públicas eficazes para o desenvolvimento sustentável.
- Aprimorar o uso das tecnologias aplicadas à gestão ambiental.
- Fortalecer as relações entre a sociedade civil organizada, os setores produtivos e os conservacionistas.
- Estimular as práticas de educação ambiental junto à população.
- Fortalecer as carreiras estratégicas e gerenciais relacionadas à gestão ambiental.
- Adequar as ações de saneamento básico para as comunidades rurais.

The background is a collage of three agricultural scenes. The top left shows a man in a white shirt and dark vest standing in a field. The top right shows a person riding a horse. The bottom right shows a woman in a white shirt and dark vest standing next to a cow. The text is overlaid in the center.

# AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR

# AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR: POTENCIALIZANDO A FORÇA DO CAMPO.

*“Onde foram parar aqueles sonhos? Por que deixamos de ser a região mais promissora do Centro-Oeste brasileiro para nos tornarmos portadores do pior desempenho na geração de riquezas em toda essa grande região? Chegou a hora de colocar as coisas no seu devido lugar.”*

**Reinaldo Azambuja**

Mato Grosso do Sul desponta atualmente no cenário nacional e internacional na produção de alimentos. Ocupa hoje a 5ª posição na produção brasileira de soja, 5ª na produção de milho (1ª e 2ª safras), 8ª no abate de suínos, 2ª no abate de bovino de corte e 8ª no abate de aves.

O Estado possui 35,7 milhões de hectares. Desses, 24 milhões (67%) estão destinados à produção agropecuária. Sua localização geográfica estratégica e a disponibilidade de solos agricultáveis, topografia, clima e fertilidade favoráveis atraíram pessoas de diversas regiões do Brasil para colonizar e se fixarem neste Estado. Atualmente, o aprimoramento constante do agronegócio local, impulsionado pela pesquisa, tem levado o Estado a um status de detentor de produção agrícola e pecuária recorde e de excelência.

A história do Estado se confunde muitas vezes com a história da agricultura e tem forte relação com a ocupação do território por essas atividades.

Desde a sua criação, há aproximadamente quatro décadas, MS registrou uma elevação de 2.847% em sua área agrícola cultivada e 16.385% em sua produção. Essa evolução se deve, além da expansão da área de cultivo, ao trabalho de pesquisa das fundações e das empresas públicas de pesquisa agropecuária, universidades e empresas privadas, que permitiram a elevação do rendimento por área cultivada.

Além da relevância interna, o agronegócio de Mato Grosso do Sul é destaque também no cenário internacional, conforme dados de sua balança comercial. Em 2013, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), considerando todos os produtos sul-mato-grossenses exportados, o Estado obteve receita de US\$ 5,256 bilhões. Deste total, 90,53% foi representado por produtos do agronegócio, o que equivale à receita de US\$ 4.758 bilhões nos 12 meses de 2013.

A atividade agroindustrial ganha cada vez mais força, e novas oportunidades se multiplicam nas diversas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul. Pode-se afirmar que, desde a criação do Estado, este é um dos melhores momentos desse setor. O crescimento e a consolidação de setores como sucroenergético e celulose/papel são evidências inegáveis desse novo perfil econômico, atraindo investimentos capazes de transformar o perfil socioeconômico de importantes regiões do Estado.

Mesmo com todo esse cenário favorável, há possibilidades de ajustes para manter o ritmo de crescimento econômico do setor agroindustrial.

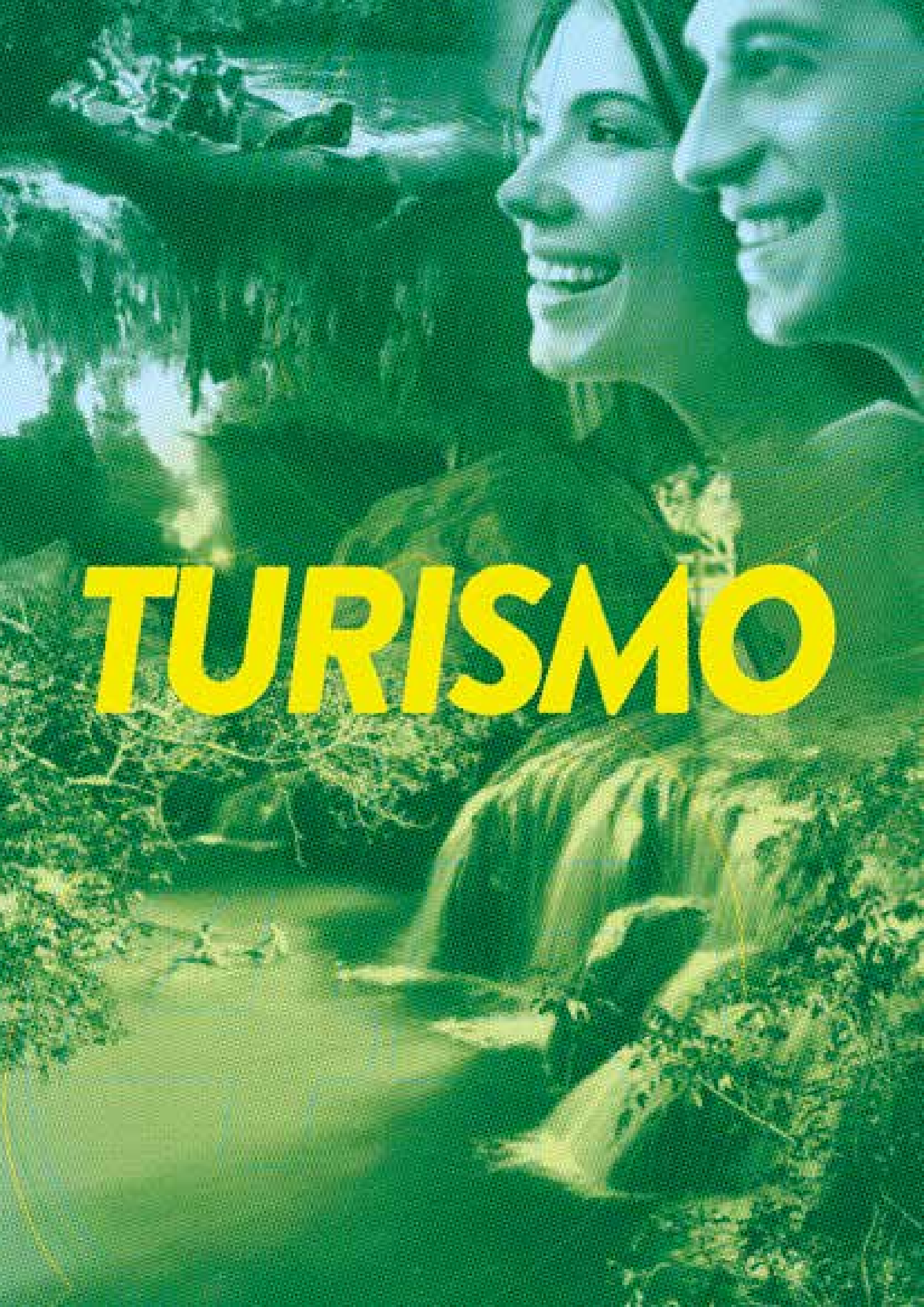
## **Diagnóstico da situação atual**

- Falta de mão de obra qualificada impõe perda de competitividade ao setor.
- Perda de competitividade do agronegócio em função do tratamento tributário e fiscal vigente.
- Não cumprimento da Lei Kandir.
- Créditos do ICMS represados no Tesouro Estadual e não disponibilizados aos produtores.
- Insegurança no campo: invasões, furtos e roubos.
- Construção e manutenção de estradas estaduais que não contribuem para o eficaz escoamento da produção.
- Uso inadequado dos recursos do FUNDERSUL.
- Perspectiva de elevação de custos da produção com a cobrança de pedágios nas estradas.
- Áreas com pastagens degradadas que necessitam de recuperação.

## **Desafios**

- Implantar uma política fiscal e tributária estadual que promova a elevação da competitividade do agronegócio.
- Implantar ações de segurança no campo.
- Priorizar a realização de obras e investimentos que favoreçam a produção e aumentem a competitividade da economia sul-mato-grossense.
- Alocar eficazmente os recursos públicos voltados ao agronegócio.
- Implantar políticas que promovam o aumento da competitividade do agronegócio.
- Implantar ações que garantam o escoamento da produção e mercado para produtos das pequenas propriedades de agricultores familiares e assentamentos rurais.

- Ampliar os investimentos em ciência, tecnologia e inovação aplicados aos negócios rurais.
- Estimular as práticas associativas e o cooperativismo na produção, distribuição e comercialização de produtos do agronegócio.
- Recuperar áreas de pastagens degradadas.
- Adotar e disseminar práticas que estimulem a produção sustentável.
- Diversificar as oportunidades de investimentos em negócios agroindustriais.
- Modernizar e estruturar o sistema de defesa sanitária estadual.
- Ampliar as ações de assistência técnica e extensão rural, em especial, para os pequenos produtores e assentamentos rurais.



# TURISMO

# TURISMO: UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL.

*“...ouvir, debater, criar espaços para a participação nas decisões, definir corretamente as prioridades e governar com máxima transparência, outras grandes revoluções podem ser realizadas na administração pública.”*

**Reinaldo Azambuja**

O turismo é o segmento da economia que mais gera empregos no mundo. O Brasil é apontado pelo Fórum Econômico Mundial como o primeiro entre 140 países em recursos naturais. O ecoturismo, segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), é o segmento que mais cresce no mundo (20% ao ano), enquanto o turismo convencional apresenta taxas menores (7,5% ao ano).

O turismo ocupa o terceiro maior potencial de renda de Mato Grosso do Sul. Numa economia que cresce a taxas de 6% ao ano, cujo PIB divide-se em 65% no setor de serviços, 17% na indústria e 16% na agropecuária, a atividade turística vem ganhando espaço à medida que estes segmentos econômicos podem crescer e se fortalecer ainda mais.

Em 2013 a ocupação da rede hoteleira do Estado ultrapassou 2 milhões de hóspedes (50% só em Campo Grande, algo equivalente à população de 2,8 milhões de habitantes de MS). Esse índice representou um aumento de 25% em relação ao período anterior. Significou também a criação de mais de 1,2 mil novos leitos hoteleiros, além da contratação de milhares de postos de trabalho, direta e indiretamente.

O levantamento mais recente de incremento financeiro do setor é relativo a 2012. Neste ano, o Mato Grosso do Sul movimentou mais de R\$ 700 milhões com a atividade turística. De acordo com estimativas, o Estado recebe proveniente do turismo mais de R\$ 900 milhões anuais, com tendência de crescimento significativo desde que haja melhoria da acessibilidade, com novas rodovias, aeroportos regionais e redes de transportes terrestres e fluviais.

O objetivo de Reinaldo Azambuja será transformar o Mato Grosso do Sul numa referência internacional do turismo de negócios, segmento que tem cada vez mais crescido na Capital, em Bonito, em Dourados e em Três Lagoas, estabelecendo uma importante interlocução com o turismo de lazer.



Neste aspecto, o projeto de Estado que será implementado buscará potencializar nossas características geográficas e nossa localização privilegiada no mapa latino-americano para transformar a economia turística de Mato Grosso do Sul num mercado em expansão permanente.

Paralelamente, haverá parcerias com inúmeras prefeituras municipais do Estado para elaborar projetos de atração turística, visto que há um potencial imenso a ser explorado, sobretudo na área de criação de trilhas ecológicas, além de corredores históricos como aquele que percorre a região onde ocorreu a famosa Retirada da Laguna, durante a Guerra do Paraguai, entre os municípios de Bela Vista, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Nioaque e Aquidauana.

O Mato Grosso do Sul é um Estado que se diferencia das demais unidades federativas porque sonha em crescer, mas não pretende fazer isso a qualquer preço, desequilibradamente, sem medir consequências produzidas pelo imediatismo.

Neste contexto, o Estado de MS possui o Pantanal e o mais premiado destino de ecoturismo do Brasil: Bonito e região da Serra da Bodoquena. Apesar do grande potencial, o turismo ainda representa menos de 2% do PIB de Estado do Mato Grosso do Sul. Talvez, o turismo seja o segmento da economia com o maior potencial de crescimento do Estado, e também com maior potencial de geração de empregos.

Ainda assim, as demais regiões possuem atrativos turísticos importantes que podem contribuir para a dinamização da economia, mas não têm recebido a devida atenção da política de desenvolvimento da atividade turística.

## **Diagnóstico da situação atual**

- Apenas os polos Bonito-Serra da Bodoquena e Pantanal-Corumbá possuem competitividade internacional.
- Apesar de suas potencialidades turísticas, as demais regiões não têm a atividade desenvolvida.
- O turismo está concentrado em poucas cidades e não dissemina seus benefícios para as demais do seu entorno.
- Os acessos aos polos são limitados e os roteiros comercializados não são integrados.

## Desafios

- Promover o turismo enquanto atividade econômica em todas as regiões do, Estado de acordo com suas vocações e potencialidades.
- Definir a política estadual do turismo.
- Ampliar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do turismo.
- Criar um novo modelo de gestão do turismo no âmbito do governo estadual.
- Fortalecer as instâncias de governança.



**CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO**

# CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: AS BASES DO AUMENTO DA COMPETITIVIDADE.

*“Queremos renovar a política, não com teses e teorias, mas com novas práticas, um novo jeito de fazer as coisas.”*

**Reinaldo Azambuja**

O Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul é composto por instituições públicas e privadas, com abrangência estadual e federal. A gestão estratégica da CT&I deveria ser feita pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC), através da Superintendência de Ciência e Tecnologia (SUCITEC). A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) está ligada a esta secretaria e seria a responsável em operacionalizar as políticas de fomento a áreas estratégicas em CT&I de interesse do Estado. Entretanto, tal fato não vem acontecendo, em função da grande desarticulação entre as instituições e entre as próprias instâncias governamentais (diferentes secretarias de Estado).

## **Complementam o sistema instituições de ciência, tecnologia e inovação (ICTI):**

- **ICTIs Públicas Estaduais:** Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER);
- **ICTIs Públicas Federais:** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS); Embrapa Agropecuária Oeste (CPAO); Embrapa Pantanal (CPAP) e Embrapa Gado de Corte (CNPGC); e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ);
- **ICTIs Privadas Estaduais:** Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); Uniderp/Anhanguera; IESF/FUNLEC; UNIGRAN; Fundação MS; e Fundação Chapadão.

Das ICTIs Públicas Estaduais, a UEMS está vinculada à SUCITEC e a AGRAER à Secretaria de Produção (SEPROTUR). A UEMS tem sede em Dourados, com uma unidade em Campo Grande e outras 13 em diversas cidades do interior (Figura 2). São ofertados 52 cursos de

graduação e 23 de pós-graduação, sendo 10 de mestrado e um de doutorado. Apresenta boa distribuição no interior do Estado e uma grande diversidade de cursos. A função inicial da UEMS foi levar a qualificação para o interior, com foco em melhorar a qualidade dos profissionais de ensino das redes públicas, havendo uma forte concentração em cursos voltados para a área de educação. O mesmo era esperado da UEMS na qualificação dos próprios quadros da administração Estadual. Com exceção dos cursos de agrárias em Aquidauana e Cassilândia, poucos cursos eram voltados para a área técnica. Hoje há um realinhamento dos cursos, surgindo engenharias e cursos tecnológicos, mas com pouca ênfase no empreendedorismo e na inovação.

O quadro é formado por 400 professores permanentes, 20 cedidos por outros órgãos estaduais e 332 professores em regime parcial, totalizando 752 profissionais. Dos permanentes, quase 60% são doutores. Em algumas áreas, sobretudo as agrárias e recursos naturais (onde há cursos de mestrado e primeiro de doutorado), o corpo docente tem excelente qualificação.

A dotação orçamentária da UEMS vem se recuperando nos últimos três anos, mas de forma não compatível com o expressivo crescimento dos cursos de graduação e pós-graduação. O crescimento esteve relacionado ao custeio da instituição, havendo baixos investimentos, o que tem levado ao sucateamento de algumas unidades e limitando o desempenho da instituição.

Em 2009, eram 1850 vagas para a graduação, 76 de especialização e 15 de mestrado. Esses valores saltaram para 2400 novos alunos por ano na graduação, 353 na especialização e 133 no mestrado, em 2011. Houve um crescimento de 30%, 364% e 787%, respectivamente. Nesses mesmos dois anos, o orçamento da instituição aumentou somente 26% em valores nominais. Essa defasagem gerou uma séria crise na instituição, com deterioração de sua infraestrutura e defasagem de máquinas, equipamentos e laboratórios. De 2011 a 2013, o número de vagas permaneceu estável e o orçamento avançou cerca de 30%. Mesmo assim, a situação ainda é delicada e há forte necessidade de investimentos na instituição.

A AGRAER tem seu foco em ações de extensão rural, atendendo basicamente os pequenos produtores do Estado. Existe uma Gerência de Pesquisa, mas pouco estruturada e sucateada. Desde sua criação, quando absorveu o antigo IDATERRA, a pesquisa vem sendo desativada paulatinamente.

Com relação às ICTIS Públicas Federais, há uma elevada capacidade técnico-científica instalada, com destaque para três centros de pesquisa da EMBRAPA, sendo dois ecorregionais (CPAO e CPAP) e um centro nacional de produto (CNPGC). Esses centros possuem competências de renome nacional e internacional, com expertise em sistemas de produção de grãos (soja,

milho, trigo, feijão, arroz), recursos naturais (Bioma Pantanal e Bioma Cerrado), sistemas de produção de gado de corte e sistemas integrados de produção (integração lavoura pecuária floresta – ILPF). A UFGD e UFMS também possuem excelente expertise em diversas áreas do agronegócio, educação, saúde e engenharias. A FIOCRUZ vem estabelecendo uma importante base em Campo Grande, com perspectivas de trabalhos na área de saúde, biodiversidade e agronegócio.

O IFMS, com bases em sete municípios, tem seu foco na formação e qualificação de recursos humanos em nível técnico e tecnológico. Inicia algumas ações de pesquisa aplicada e tem excelente potencial para integração com o setor produtivo.

São dois os grupos de ICTIs Privadas Estaduais, as universidades e faculdades voltadas para o ensino, pesquisa e extensão, e as fundações de pesquisa. Destaque para a UCDB que tem grande atuação em CT&I com seis cursos de mestrados e quatro de doutorado, nas áreas de desenvolvimento territorial, agropecuária, biotecnologia, sustentabilidade, educação e psicologia. A Uniderp/Anhanguera possui dois cursos de mestrado profissionalizante, voltados para a complementação da formação acadêmica nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento regional e produção e gestão agroindustrial.

A Fundação MS e a Fundação Chapadão são privadas e sem fins lucrativos, mantidas por produtores rurais e entidades representativas do setor produtivo, tendo seu foco em pesquisa aplicada à realidade do produtor rural. Há forte interação com o setor produtivo, com pesquisas conjuntas com empresas de insumos, máquinas e equipamentos.

O sistema de CT&I de Mato Grosso do Sul trabalha de forma bastante desarticulada, sendo pouco influenciado pelas políticas públicas estaduais. A maior densidade de ICTIs no estado é federal e responde, muitas vezes, a diretrizes nacionais. A SUCITEC/SEMAC tem algumas iniciativas na tentativa de organização de redes estratégicas para o Estado, tais como o Programa BIOTA-MS e o BIOENERGIA-MS. Entretanto, os resultados desses esforços são ainda incipientes. A FUNDECT também tem pouca influência como indutora das políticas públicas de CT&I do Estado, pois o volume de recursos aplicados em seus editais é muito inferior ao captado diretamente pelas ICTIs em outras fontes federais (FINEP, CNPq, Fundos Setoriais, recursos orçamentários da Embrapa e IFMS).

Recentemente foi criado e composto o Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso do Sul (DECRETO Nº 13.890, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014), como “órgão colegiado de caráter consultivo, competente para articular e promover a regulamentação

e a implantação de políticas governamentais para fortalecer o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado”. Com o objetivo de “assessorar o Governador do Estado na definição das diretrizes da política de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação para Mato Grosso do Sul”.

Entretanto, se não forem definidos programas prioritários e criados mecanismos de indução de trabalhos conjuntos entre as ICTIs do Estado, pouco será o avanço do setor como alavanca estratégica do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

## **Diagnóstico da situação atual**

Os principais problemas diagnosticados pela área de ciência, tecnologia e inovação são os seguintes:

- Ações desarticuladas entre os órgãos responsáveis pela promoção do desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação.
- Volume de recursos repassados para a promoção da ciência, tecnologia e inovação está aquém das necessidades da área e do seu papel no processo de desenvolvimento.
- Não há política de atração de empresas de base tecnológica.
- Parcerias entre os entes federados e com o setor privado são mal exploradas.

## **Desafios**

- Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento da área de C, T & I do Estado.
- Dotar a área de C, T & I de infraestrutura física, material e humana adequada ao seu desenvolvimento.
- Promover a formação empreendedora.



GOVERNADOR  
**REINALDO**  
**AZAMBUJA**  
*Profª ROSE - VICE*